



ESTADUAL DA PARAÍBA  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CAMPUS I**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SAYONARA SANTOS ANDRADE**

**A PROPOSTA BRASILEIRA DE “NEODESENVOLVIMENTISMO” COMO MODELO  
DE GOVERNO**

CAMPINA GRANDE – PB  
2015

**SAYONARA SANTOS ANDRADE**

**A PROPOSTA BRASILEIRA DE “NEODESENVOLVIMENTISMO” COMO MODELO  
DE GOVERNO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Serviço Social da Universidade Estadual  
da Paraíba, em cumprimento à exigência  
para obtenção do grau de Bacharel em  
Serviço Social.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Sheyla Suely de Souza  
Silva

CAMPINA GRANDE-PB  
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A553p Andrade, Sayonara Santos  
A proposta brasileira de "neodesenvolvimentismo" como modelo de governo [manuscrito] / Sayonara Santos Andrade. - 2015.  
35 p. nao

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.  
"Orientação: Sheyla Suely de Souza Silva, Departamento de Serviço Social".

1. Neoliberalismo. 2. Social-Liberalismo. 3. "Neodesenvolvimentismo". 4. Proteção Social. 5. Assistência Social. I. Título. 21. ed. CDD 320.05

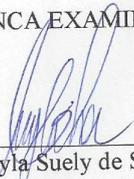
SAYONARA SANTOS ANDRADE

**A PROPOSTA BRASILEIRA DE “NEODESENVOLVIMENTISMO” COMO  
MODELO DE GOVERNO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Serviço Social da Universidade Estadual  
da Paraíba, em cumprimento à exigência  
para obtenção do grau de Bacharel em  
Serviço Social.

Aprovado em 05 / 03 / 15  
Nota: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

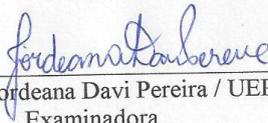
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Sheyla Suely de Souza Silva / UEPB  
Orientadora



Profª Drª Moema Amélia Serpa Lopes de Souza / UEPB  
Examinadora



Profª Drª Jordeana Davi Pereira / UEPB  
Examinadora

CAMPINA GRANDE-PB

2015

# A PROPOSTA BRASILEIRA DE “NEODESENVOLVIMENTISMO” COMO MODELO DE GOVERNO<sup>1</sup>

ANDRADE, Sayonara Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo resulta de pesquisas documentais e bibliográficas e tem como principal objetivo recuperar a gênese do “neodesenvolvimentismo” enquanto proposta conceitual e como modelo de governo empreendido pelas duas últimas gestões do Governo Federal do Brasil. Ao apresentar de forma objetiva os principais traços do “neodesenvolvimentismo”, discutiremos como este “novo” modelo de desenvolvimento que está sendo implantado no Brasil vem modificando o campo da proteção social brasileira, através da expansão da Assistência Social. Inicialmente, é apresentado um levantamento acerca da proposta do “neodesenvolvimentismo” na América Latina. Num segundo momento, partindo da concepção do que seja “neodesenvolvimentismo”, são identificadas as especificidades do modelo brasileiro e suas principais contradições teóricas e políticas. Com isso, o texto, de natureza teórico-crítico-analítica, recupera a gênese desse debate e aponta os rumos das propostas desenvolvimentistas no Brasil. Seus resultados identificam que, através da estratégia da transferência de renda, o governo “neodesenvolvimentista” brasileiro não enfrenta, estruturalmente, as desigualdades sociais.

**Palavras chaves:** Neoliberalismo, Social-Liberalismo, “Neodesenvolvimentismo”; Proteção Social; Assistência Social.

## INTRODUÇÃO

A crise que o mundo vivencia é uma crise estrutural do capital e cada vez mais grave, que necessita da adoção de remédios estruturais abrangentes, a fim de alcançar uma solução sustentável.

(István Mészáros).

No cenário atual, em meio à crise mundial do capitalismo, vêm ocorrendo grandes debates, no Brasil e na América Latina, em torno do chamado “neodesenvolvimentismo”<sup>3</sup>, uma estratégia de desenvolvimento econômico cujo caráter estratégico se apresenta como alternativo à programática neoliberal. Com a crise neoliberal e seus efeitos devastadores, (desemprego estrutural, maior concentração de

---

<sup>1</sup> Este artigo sintetiza resultados de pesquisa bibliográfica e análise documental desenvolvidas sob orientação da professora Sheyla Suely de Souza Silva, no âmbito dos Programas de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba (PIBIC/UEPB) e da Chamada Universal – MCTI/CNPQ nº 14/2012; cujos apoios financeiros e institucionais, agradecemos.

<sup>2</sup> Formanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Membro integrante do Grupo de Estudos Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS/UEPB).

<sup>3</sup> Assim como SILVA (2013, p. 96), entendemos que, no Brasil, os termos referidos ao “neodesenvolvimentismo” tratam-se de “termos eminentemente retóricos que, em verdade, operam no plano real exatamente o inverso daquilo a que se propõem no discurso ideológico de seus proponentes e executores”; motivo pelo qual, assim como a autora, também optamos pela marcação dos mesmos sempre através do recurso das aspas.

capital e de renda, entre outras expressões), os países latino-americanos tornaram-se centro desses debates por vários motivos, os quais estão intimamente relacionados, de um lado, à série de movimentos populares contrários às políticas neoliberais e aos governos de direita na América Latina, no final do século XX, de outro, devido ao maior destaque da Região na economia mundial, apesar do histórico de atraso.

Aproveitando o otimismo promovido pelo modesto crescimento econômico na América Latina, no início do século XXI, num contexto de generalizada recessão mundial, quando lideranças de partidos políticos de esquerda latino-americanos chegam ao poder com posicionamentos de ruptura com o ideário neoliberal - a exemplo do Brasil, com Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT) -, o capital, em sua nova ofensiva, alicerçada pela ideologia que Castelo (2008) intitula, “social-liberalismo”, tem propagado, a partir de teóricos ditos “neodesenvolvimentistas”, uma nova estratégia de “neodesenvolvimento” econômico direcionado aos países emergentes, com promessa de superação da pobreza e do histórico subdesenvolvimento latino americano.

Ora, em meio à profunda crise do sistema capitalista são necessárias mudanças e soluções e, para o capital recompor-se e retomar períodos de *onda longa expansiva*<sup>4</sup>, não são medidos esforços. Tendo como referência o chamado nacional-desenvolvimentismo, predominante no período de 1940 até meados da década de 1970, sob orientação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)<sup>5</sup>, e guiados pelo discurso de diversas organizações multilaterais sobre a possibilidade de superação do subdesenvolvimento da América Latina, para responder ao novo quadro mundial de crise do capital que hoje vivemos, desde o início dos anos 2000, os países da América Latina vivenciam o “neodesenvolvimentismo”: uma “nova” estratégia desenvolvimentista que está sendo apontada por economistas como uma alternativa de

---

<sup>4</sup> Segundo Mandel (1990), o capital experimentou, durante três décadas, um período de onda longa expansiva, conhecido como os “30 anos gloriosos do capitalismo”. Esse período permitiu de 1945 até o início dos anos de 1970, um alto nível de concentração e centralização do capital. “Essa expansão (boom do pós-guerra) tinha dado um impulso poderoso a um novo avanço das forças produtivas, a uma nova revolução tecnológica” (p.11). Com o padrão de acumulação fordista/taylorista, o incremento de novas tecnologias somadas à racionalização do processo de trabalho, significou, para a classe trabalhadora, um aumento da exploração sobre o trabalho, e para o capital, o aumento da mais valia-relativa, ou seja, resultou nos chamados “super-lucros”. Contudo, a crise de superprodução de 1974 promoveu uma queda tendencial na taxa de lucros, culminando numa recessão generalizada que atingiu simultaneamente todas as grandes potências capitalistas e fez surgir uma série de desdobramentos, como os conflitos inevitáveis entre capital e trabalho.

<sup>5</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com o objetivo de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana e, posteriormente, do Caribe. Para mais informações sobre a CEPAL, consultar: [www.cepal.org](http://www.cepal.org)

política de desenvolvimento que se propõe a promover **crescimento econômico** com **justiça social**.

Todavia, ao tentarmos compreender esse processo, a partir de uma análise crítica da realidade, pautada no estudo de diversos teóricos de viés marxista, veremos que esse discurso “neodesenvolvimentista”, - que no modelo de governo brasileiro inclui uma proposta política central de “eliminar” a pobreza -, serve, de fato, como “álibi” para ampliar-se o domínio estrangeiro de setores econômicos estratégicos e seus respectivos insumos nos países em desenvolvimento, no contexto do que Harvey<sup>6</sup> vem denominando como um “novo imperialismo”. (Ver SILVA, 2012; 2013).

Tratando-se de uma estratégia que funciona como uma alternativa para o atual momento de crise estrutural do capital, as conseqüências da implantação deste modelo econômico nos levam a alguns questionamentos: até que ponto essa alternativa “neodesenvolvimentista” rompe com o ideário neoliberal”? O que essa proposta representa para o trabalho e para o capital? De que forma esse “novo” modelo de desenvolvimento está sendo implantado no Brasil?

Distante da pretensão de esgotar a complexidade de tais questionamentos, este artigo concentra-se em analisar os discursos em torno das políticas econômicas e seus rebatimentos para o campo da proteção social brasileira, que, veremos, a partir da ascensão dos governos ditos “neodesenvolvimentistas”, expandiu-se, consideravelmente, através da centralização e hipertrofiação da Política de Assistência Social.

Para tal, este texto está estruturado em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção apresenta um breve histórico do desenvolvimentismo no Brasil. O terceiro se propõe a abordar a emergência do pensamento social-liberalista e da estratégia neodesenvolvimentista para a reestruturação do capital, indicando as teses que o sustentam. Na seção quatro, a abordagem concentra-se em analisar a proposta brasileira de “neodesenvolvimentismo” enquanto modelo de governo e, a partir dele, apontar tendências da proteção social brasileira.

Por fim, nas considerações gerais, com base nos referenciais teóricos e nas observações feitas, indicamos que o termo “novo-desenvolvimentismo”, denominado como um conjunto de políticas econômicas alternativas às políticas neoliberais, no modelo de governo brasileiro “neodesenvolvimentista”, iniciado no governo Lula

---

<sup>6</sup> David Harvey é um geógrafo marxista britânico, professor na Universidade da Cidade de Nova York (CUNY). Confira sua obra: O Novo Imperialismo. Eds. Loyola. 2004.

(2003-2010), em muito, se assemelha às políticas macroeconômicas neoliberais e nos parece persistir no governo de sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2015).

A diferença é que, em meio ao atual contexto de crise estrutural do capital, procurando associar o crescimento econômico com desenvolvimento e inclusão social, agora são permitidas intervenções mais diretas por parte do Governo Federal na perspectiva de enfrentamento à pobreza no país, através das políticas de transferência de renda e de assistência social, o que, a nosso ver, restringe essas políticas sociais à função de combate à pobreza, distanciando-a do caráter universalizante e equânime que deveria predominar nos sistemas de proteção social.

## **2- A DISCUSSÃO DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL**

"Desenvolvimento é ser dono do seu próprio destino."  
(Celso Furtado).

O tema do desenvolvimento tem sido recorrente no Brasil, tendo como ícones autores consagrados como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira, e retoma seu espaço nas discussões em todo mundo e, mais particularmente, nos países latino-americanos, no início do século XXI, frente à recente crise financeira global, com a discussão dos defensores da estratégia “neodesenvolvimentista”, tais como Bresser Pereira, João Sicsú, Márcio Pochmann e, também, dos críticos desta estratégia, como, por exemplo, César Maranhão, Reynaldo Gonçalves e Rodrigo Castelo.

No Brasil, segundo Fonseca (2012, p.2), “o termo “desenvolvimentismo” remete de imediato às teorias cepalinas e, como fenômeno histórico, em geral é associado aos governos a partir da década de 1950, como de Vargas e JK [Juscelino Kubitschek]”. Nesse período, com a criação da CEPAL, em 1948, um conjunto de propostas de política econômica passa a compor o pensamento econômico latino-americano. Na tentativa de explicar as razões do atraso destas economias em relação aos países desenvolvidos, resumem Mota, Amaral e Peruzzo:

O diagnóstico da CEPAL era que as economias dos países não desenvolvidos tinham uma estrutura econômica pouco diversificada e integrada, ainda que apresentassem um setor agroexportador dinâmico. Porém, este não estava sendo capaz de transferir progresso técnico para os demais setores da economia, nem mesmo sendo capaz de absorver a mão de obra e de proporcionar ganhos reais de salário,

como nos países desenvolvidos, cuja estrutura econômica, baseada em produtos industriais, tinha capacidade de generalizar o progresso técnico e permitir ganhos reais de salários. (2012, p.155).

Ao concentrar-se em produtos primários, os quais exigem pouca ou nenhuma qualificação de mão de obra, as economias periféricas tinham pouca inovação tecnológica. Para mudar esse quadro, tendo como referência as teses da CEPAL, que via na industrialização a direção para o desenvolvimento e a ideologia para a superação do subdesenvolvimento dos países periféricos, os governos dos países latino-americanos passam a definir um projeto econômico baseado nesta estratégia central. No Brasil, em particular, o Estado assume o papel de regulador da economia e, como reação à crise mundial de 1929<sup>7</sup>, o país inicia um longo processo de industrialização, no período de 1930 a 1954. Com o fim da hegemonia agrário-exportadora, pós-revolução de 1930, passa a predominar no Brasil a estrutura produtiva de base urbano-industrial, com o governo Vargas assumindo um papel importante na construção do Estado desenvolvimentista brasileiro. Conforme esclarece Castelo:

Esse projeto de industrialização começou sob impulso de iniciativas estatais, com políticas protecionistas, de empréstimos e isenções fiscais para investidores privados, que então alocavam seus capitais nos setores de bens de consumo não duráveis. Operou-se, desse modo, a articulação de um novo bloco de poder, com uma aliança entre o Estado e uma burguesia nacional emergente [...]. (2012, p.619).

A participação do Estado na condução do desenvolvimento econômico passou a ser necessário porque apenas os impulsos do mercado não eram suficientes para industrializar o país, era indispensável o planejamento estatal. Sob um forte discurso nacionalista, tornou-se tarefa estatal, portanto, “defender as indústrias nascentes, com tarifas protecionistas; planejar a industrialização; investir em setores estratégicos; e controlar o capital estrangeiro que investia no país”. (AZEVEDO 2012, p.20). Assim, até meados da década de 1950, houve um grande investimento em empreendimentos de caráter estatal<sup>8</sup>, contando com a participação do capital estrangeiro, no que se refere à tecnologia e financiamento.

---

<sup>7</sup> Com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, que assolou os Estados Unidos e afetou a economia global, Vargas inicia seu governo no cerne de uma crise mundial, e a partir de uma revolução política interna, Revolução de 1930, que encerra a República Velha (1889-1930).

<sup>8</sup> Podemos citar como exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional, símbolo do nacional desenvolvimentismo do Estado Novo de Vargas (1937-1945).

Com essas transformações em curso, em termos socioeconômicos e dos movimentos sociais e políticos, é nesse momento também que as desigualdades sociais no Brasil se aguçam e surgem novas demandas populares, apenas parcialmente atendidas pelas Leis Trabalhistas de Vargas<sup>9</sup>. Como retrata Oliveira (1975, p. 12), “as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação”. Conforme observa o autor, o desenvolvimento industrial promoveu um substantivo êxodo rural e a população que seguia em direção aos grandes centros urbanos em busca de emprego precisava transformar-se em “exército de reserva”, como condição para o processo de reprodução e acumulação do modo de produção capitalista.

No período dos anos 1950, enquanto os países desenvolvidos da Europa tinham o *Welfare State*, no Brasil, essa política de bem-estar social não se configurou, mas ganhou força a ideologia “desenvolvimentista”. No governo Juscelino, eleito em 1955, as promessas eram de um crescimento de “cinquenta anos em cinco”, com o Plano de Metas de JK, contudo, assentado na atração do capital estrangeiro, “simplesmente pelo fato de que para as indústrias-chave do processo o país não dispunha de acumulação prévia necessária, isto é, não produzia os bens de capital (incluindo-se processos industriais) que tais indústrias requeriam”. (OLIVEIRA, Idem p.42). O resultado do desenvolvimento industrial gerado nos anos JK foi um endividamento interno e externo que custou “caro” para o país, afetando simultaneamente várias dimensões das condições básicas de vida da população.

No âmbito deste movimento, ainda na década de 1950, temos no espaço acadêmico grandes discussões teórico-ideológicas que acompanham esse processo. Como síntese dos resultados das estratégias industrializantes e, ou desenvolvimentistas - desde Vargas, até o início dos anos 2.000 - podemos recorrer à visão crítica de Furtado (2000, p.07), o qual afirmou que “o Brasil é um país marcado por profundas disparidades sociais superpostas a desigualdades regionais de níveis de

---

<sup>9</sup> Desde a década anterior (1945), já com vistas à industrialização da economia brasileira, o governo Vargas havia iniciado algumas políticas importantes que marcam a trajetória de expansão e consolidação de direitos sociais e trabalhistas, necessários à consolidação de um Exército Industrial de Reserva brasileiro. Como direitos conquistados têm-se: a obrigatoriedade da carteira profissional para os trabalhadores urbanos, a definição da jornada de trabalho de oito horas, o direito a férias e a lei do salário-mínimo. Também anteriormente, ainda na década de 1930, foram criados por Vargas os Institutos de Aposentadorias e Pensões (Iaps), unificando e ampliando o papel das Caixas de Aposentadorias e Pensões (Caps) e apresentando-se como um primeiro esboço do sistema de proteção social brasileiro. Estas iniciativas podem ser compreendidas como uma espécie de protoformas vitais à nova estratégia industrial-desenvolvimentista da era JK.

desenvolvimento”. Portanto, sua inserção em um mundo globalizado dominado por empresas transnacionalizadas não o torna um país de economia forte, mas, sem dúvidas, frágil diante das grandes potências econômicas que se “alimentam” da pobreza dos países subdesenvolvidos<sup>10</sup>.

No que toca ao período da Ditadura no Brasil, 1964 até meados da década de 1980, podemos dizer que houve uma relativa recuperação econômica, na qual passamos por um processo de modernização industrial. Enquanto a economia mundial se aproximava da crise estrutural do capital, no Brasil, tivemos o período de 1968-1974, que ficou conhecido como o “milagre econômico”. Porém, o resultado desse “desenvolvimento desigual e combinado”, foi marcado, mais uma vez, pelo aprofundamento do capital externo, pela ampliação da concentração de renda e pela elevação da desigualdade social no país. Apesar do aparente crescimento brasileiro, sintetiza Oliveira:

[...] Foi na ditadura militar que se formou o tripé desenvolvimentista empresas estatais-privadas nacionais-multinacionais. Uma parte notável do excedente tomava o rumo do exterior no pagamento da dívida, com o que se encaminhou, já nos anos 1980, para uma crise da dívida externa que marcou todo o período e tornou quase sem eficácia econômica a redemocratização política operada após o encurralamento da ditadura, afinal afastada em 1984. (2006, p.269).

Com o Brasil sendo sede do paraíso das multinacionais, em meio à crise do Estado de Bem-Estar Social, no cenário mundial, temos, internamente, a expansão e expressão gradativa dos movimentos sociais, que viviam até então, sob forte repressão. A década de 1980 inicia em clima de lutas por direitos sociais e pela reforma democrática do Estado brasileiro – inclusive, com a forte participação do/as profissionais assistentes sociais articulados com os movimentos sociais, colocando-se como um/a profissional ao lado dos/as trabalhadores/as para viabilizar os seus direitos -, o que culminou ao longo das lutas travadas no campo político e social, na Constituição Federal de 1988.

No entanto, imediatamente após as conquistas dos trabalhadores anunciadas na Carta Magna, temos, na contramão de seus avanços políticos e sociais, a adesão dos países periféricos a uma política neoliberal imposta por organismos financeiros internacionais, e o Brasil passa pelo que Behring (2008) sintetiza como um processo de

---

<sup>10</sup> Sobre o processo de exclusão produzido pelas relações capitalistas na formação socioeconômica do Brasil, ver FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. Recife: Sudene, 1959; e FURTADO, C. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

“contrarreformas neoliberais do Estado”, com graves implicações geradas para a classe trabalhadora, com a privatização e mercantilização dos direitos sociais, como resposta à crise estrutural do capital experimentada hoje.

Seguindo tendências internacionais, o Brasil aderiu à lógica neoliberal, materializada pelo Consenso de Washington<sup>11</sup>, em 1989, sem ao menos explicar ou debater com a sociedade, e o fez reduzindo drasticamente o investimento estatal nas políticas sociais, com a justificativa de que “era necessário concentrar as atenções nos mercados externos, condição essencial para recuperar o dinamismo perdido”<sup>12</sup> (FURTADO, 2004). Assim, seguindo o modelo neoliberal, analisa Behring:

[...] tem-se a entrega do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não-obrigatoriedade de as empresas privatizadas comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial. (2008<sup>a</sup>, p.201).

Silva (2012, p. 29) relata que houve séria regressão econômica e social do país na década de 1990, quando o Brasil “retroagiu da oitava para a décima terceira economia mundial” e avançou de um patamar de menos de dois milhões de desempregados para cerca de dez milhões. Aquela década foi, pois, “palco do maior processo de transferência de riqueza que já ocorreu no Brasil”, uma vez que foram transferidos do setor público para o setor privado valores em torno de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e a dívida pública variou de 30 para 60% do PIB.

Nesse contexto, diante da influencia neoliberal, vê-se “[...] um Estado mínimo para os pobres e trabalhadores, e um Estado máximo para o capital financeiro” (NETTO, 1993, apud BEHRING, 2008). Esse quadro evidencia que, com o processo de mundialização do mercado, através da financeirização e transnacionalização, ampliam-se não somente as fronteiras nacionais para a expansão do capital, mas, também, a

---

<sup>11</sup> O termo Consenso de Washington tem origem num conjunto de regras básicas, identificadas pelo economista John Williamson em 1990, baseadas no pensamento político e opiniões que ele acreditava reunirem consenso amplo naquela época. O conjunto de medidas incluía: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual. (LOPES, 2011, p.04).

<sup>12</sup> Artigo escrito em 3 de novembro de 2004, publicado em 14 de novembro de 2014 no Jornal do Brasil. Disponível em: < [http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID\\_M=122](http://www.centrocelsofurtado.org.br/interna.php?ID_M=122) >. Acesso em: 19 set. 2014.

dimensão do desafio de crescimento permanente do sistema e, ainda, as mazelas da “questão social”<sup>13</sup>, hoje universalizada, política e geograficamente<sup>14</sup>.

Em suma, o desenvolvimento industrial no Brasil nos revela o caráter contraditório do nosso processo de desenvolvimento, cuja formação industrial brasileira se consolidou às custas de concentração de renda, inflação e endividamento externo, características que, veremos, continuam ainda presentes nas atuais políticas econômicas dos governos “neodesenvolvimentistas”.

### **3. A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO SOCIAL-LIBERALISTA E DA ESTRATÉGIA “NEODESENVOLVIMENTISTA”**

O "subdesenvolvimento" é uma formação capitalista e não simplesmente histórica.  
(Francisco de Oliveira)

Podemos dizer que há um relativo consenso, entre diversos teóricos das mais variadas áreas científicas, de que hoje vivenciamos uma profunda crise do sistema capitalista, com efeitos devastadores nunca antes visto e, desse modo, com a capacidade de atingir a humanidade no geral, em todas as suas dimensões fundamentais. De acordo com Pimentel, “[...] Sem dúvida, a crise estrutural reside e emana das três dimensões internas fundamentais do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização.” (2007, p.77). Quando o sistema entra em crise, diminuindo o crescimento das taxas de lucratividade do capital global, imediatamente, um conjunto de medidas são pensadas pelo grande capital para a retomada do lucro, e

<sup>13</sup> A questão social está relacionada a fatores sociais, econômicos e culturais e vincula-se ao conflito entre o capital e o trabalho. Segundo Santos (2012), sobre a concepção de “questão social”, embora não seja consenso entre os assistentes sociais, para boa parte dos autores que seguem o viés marxista, podemos considerar que ela “[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, do cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão.” (Iamamoto;Carvalho, 1995, p.77. apud Santos, 2012, p.25). Para maior detalhamento sobre essa discussão, no âmbito do Serviço Social, ver, além de Santos (2012), também Netto (1992), Yamamoto (2003), dentre outros.

<sup>14</sup> A Zona do Euro, por exemplo, antes relativamente preservada dos efeitos das oscilações das ondas longas recessivas do capital, hoje experimenta uma taxa de desemprego em torno de 12,1%. Países como Portugal, Espanha e Grécia enfrentam, respectivamente, taxas de 15,5; 26,7 e 27,4%. Enquanto isto, em 2013, a dívida pública global da zona do Euro passou de 90,7% para 92,6% do PIB (fonte: eurostat, janeiro de 2014, disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/04/deficit-da-zona-do-euro-cai-em-2013-mas-divida-publica-cresce-diz-agencia.html>. Acesso: nov. 2014).

que, conseqüentemente, trarão sérias implicações sobre as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

Isso acontece porque, segundo Paniago (2009, p.02), no sistema do capital, “as necessidades humanas são meros veículos para a realização do valor, não constituindo nenhum critério ou prioridade para a produção e acumulação de riqueza”. Então, podemos notar que o capital não tem interesse em superar permanentemente as crises, antes cíclicas e hoje estruturais; no limite, reconhece-se que as desigualdades sociais devem ser administradas e mudam-se os discursos ideológicos<sup>15</sup>.

Diante de tal fato, na atualidade, a discussão sobre uma nova estratégia de desenvolvimento econômico está em pauta novamente devido a dois fatores básicos, segundo Mattei:

O fracasso das reformas políticas e econômicas das duas últimas décadas do Século XX propostas pelas agências multilaterais (FMI e Banco Mundial) e o grave problema social decorrente da exclusão de milhões de pessoas do acesso aos mercados (trabalho, de bens, etc.) e aos serviços básicos, como saúde, educação, habitação e saneamento. (2011, p. 33).

Depois de um longo período de ortodoxia do Consenso de Washington, o resultado dos ajustes estruturais e programas de estabilização macroeconômica para os países latino-americanos foram desastrosos, tanto no âmbito econômico, com o baixo crescimento, quanto no âmbito social, com o enxugamento das políticas sociais, “agravando em grande medida os quadros sociais, sobretudo no Brasil, que apresentou o maior nível de desigualdade nos anos 1990”, conforme afirma Carlos Pinho (2011, p.14), apoiado em Michael Mann (2006).

Se na primeira fase do neoliberalismo, intitulado por Castelo (2008, p. 02) de receituário-ideal, “os principais aparelhos ideológicos e políticos neoliberais, [...] defendiam, dentre outras medidas<sup>16</sup>, o controle dos gastos públicos, o arrocho salarial, o desmonte do Welfare State e um amplo processo de privatização”. Com o fracasso deste receituário, que expôs as contradições da dinâmica de acumulação, houve um período

---

<sup>15</sup> Nas sociedades capitalistas, a adesão intelectual e moral de um pensamento é fundamental para manter certa estrutura social e esta se dá por intermédio de ideologias. De acordo com Castelo (2013), “para Marx, Engels e Gramsci, as ideologias são formuladas pelas classes sociais e sistematizadas por indivíduos que exercem a função de intelectual dentro da divisão social do trabalho”. [...] “Dentro do bloco ideológico do social-liberalismo, há uma infinidade de intelectuais, ativos e passivos, individuais e coletivos, de estrato alto, médio e baixo [...], como Anthony Giddens, Alain Touraine, Joseph Stiglitz, John Williamson, Dani Rodrik e Pierre Rosanvallon.” (p.279),

<sup>16</sup> Essas medidas de corte neoliberal orientadas para preservação da eficiência e da racionalidade dos mercados, além de permitir a apropriação privada do patrimônio público nacional, flexibilizou os contratos e as relações de trabalho, enfraquecendo sindicatos e reduzindo salários.

de ebulição social, inflamada pelos protestos e reivindicações da classe trabalhadora por conquistas sociais nas principais cidades do mundo. Como resposta, as classes dominantes, a partir de seus ideólogos ativos, propõem uma revisão na direção econômica, para garantir a expansão do capital e amenizar as expressões da “questão social”. Dada a nova conjuntura político-econômica:

[...] O Estado, agora, teria uma função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria, em parceria com o setor privado, políticas sociais emergenciais, focalizadas e assistencialistas, visando garantir as taxas de acumulação do capital e mitigar a “questão social” via o controle da força de trabalho e o atendimento de necessidades mínimas dos usuários dos serviços sociais (FONTES, 2006, apud CASTELO, idem).

Como a lógica do capital é expandir-se cada vez mais e acumular riqueza e, para cumprir esse objetivo, requer o ajuste macroeconômico e social, com grave repercussão nas condições de trabalho (como as atuais relações flexíveis de trabalho: a subcontratação, a informalização e a intensificação da jornada de trabalho e outras tantas transformações que o trabalho tem sofrido), o Estado aparece como seu complemento indispensável, assegura Mézáros (2011), o qual afirma que:

a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema [...] pois, o Estado moderno em si é totalmente inconcebível sem o capital como função sociometabólica (p. 106,126).

Com o suposto “declínio” do modelo ortodoxo neoliberal, na conjuntura da financeirização do capitalismo, no início do século XXI, é lançada por economistas latino-americanos uma nova proposta de desenvolvimento econômico para a América Latina: o “neodesenvolvimentismo”. Nesta proposta, cumprindo a sua natureza de realizar-se como uma “estrutura de comando político do capital”, que “aparece” como conciliadora dos conflitos capital x trabalho, mas, essencialmente, cumpre a função de “garantir e proteger as condições gerais para a extração de trabalho excedente” (MÉSZÁROS, 1995, apud PANIAGO, 2007, p. 89-98), o Estado assume o papel central nas estratégias “neodesenvolvimentistas”.

Segundo representantes do “neodesenvolvimentismo”<sup>17</sup>, como Bresser Pereira – indicado como um de seus primeiros proponentes no Brasil – o novo projeto de desenvolvimento para a América Latina surge como um movimento contestatório ao neoliberalismo, colocando-se como crítico ao modelo do Consenso de Washington; mas, o “neodesenvolvimentismo” opõe-se mesmo ao Neoliberalismo? Ou em termos concretos, não seria uma estratégia econômica que funciona como uma alternativa ao momento atual de crise estrutural do capital e que tem no social-liberalismo<sup>18</sup> o respaldo para suas propostas de desenvolvimento? Para entendermos se há, ou não, aproximações do “neodesenvolvimentismo” com as propostas neoliberais e se o pensamento social-liberal<sup>19</sup> respalda tal proposta, vejamos como se apresenta essa “nova” estratégia desenvolvimentista.

O “neodesenvolvimentismo” surge na América Latina, no final dos anos 1990 e início do século XXI, como um “terceiro discurso”, entre o antigo discurso desenvolvimentista e a ortodoxia neoliberal. É a alternativa de uma *teoria desenvolvimentista* que aparece num momento em que a América do Sul vivencia um novo contexto histórico e que, para desenvolver-se economicamente, necessita de uma *estratégia nacional de desenvolvimento* voltada à realidade atual. Trata-se, portanto, como nos diz Castelo (2009), da retomada da adoção de um projeto nacional de desenvolvimento, com um “sentido conceitual inovador”, adequada às novas configurações do capitalismo contemporâneo. Sobre a origem do “neodesenvolvimentismo”, de acordo com Sicsú, Michel e de Paula:

O novo-desenvolvimentismo tem diversas origens, entre as quais a visão de Keynes e de economistas keynesianos contemporâneos, como Paul Davidson e Joseph Stiglitz, de complementaridade entre Estado e

---

<sup>17</sup> Entre os principais teóricos do neodesenvolvimentismo no Brasil temos: Luiz Carlos Bresser-Pereira, economista e ex-ministro da Fazenda, em 1987, no governo Sarney, e da Administração Federal e Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia, em 1995 a 1998, no governo FHC; e João Sicsú, Diretor de Estudos Macroeconômicos do IPEA. Também podemos citar, defensor do “social-desenvolvimentismo”, o economista Marcio Pochmann, ex-presidente do IPEA, professor titular da Unicamp e um dos ideólogos das propostas econômicas dos governos do PT desde o governo Lula.

<sup>18</sup> [...] Uma nova estratégia política para garantir o consenso e a legitimidade do modo de produção capitalista, privilegiando os mecanismos de hegemonia sem, contudo, abrir mão do uso dos aparelhos coercitivos de dominação (CASTELO, 2008, p.5).

<sup>19</sup> O pensamento social-liberalista, expresso pela proposta do social-liberalismo, trata-se de um projeto econômico, ideológico-político da classe dominante, que vem disseminando aspectos humanitários dentro de uma lógica de manutenção da acumulação capitalista. O “social-liberalismo” é colocado por Rodrigo Castelo como um “projeto hegemônico de classe, contraditório e heterogêneo das classes dominantes que objetivam retomar ‘a direção intelectual e moral’ do processo de expansão mundial do neoliberalismo, na medida em que o sistema econômico vai perdendo credibilidade e legitimidade a partir das lutas contra-hegemônicas e da degradação das condições de vida da classe trabalhadora”. (Castelo, 2008<sup>a</sup>, p.05). Sobre o social-liberalismo, ver também Almeida (2014).

mercado e a visão cepalina neo-estruturalista que, tomando como ponto de partida que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas de desigualdades sociais na região, defende a adoção de uma estratégia de “transformação produtiva com equidade social” que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. (2005, p. 01).

Buscando adequar a estratégia desenvolvimentista aos novos tempos, a particularidade “neodesenvolvimentista” está, portanto, na dimensão social dada pelas políticas de desenvolvimento, o que – a nosso ver – tem sido influenciado pelo pensamento social-liberal, no que toca às suas propostas de desenvolvimento<sup>20</sup>. Esgotadas as imposições neoliberais às economias periféricas, ditadas pelas agências internacionais de crédito (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), o “*Neodesenvolvimentismo*”, segundo Bresser:

É o conjunto de idéias que permite aos países em desenvolvimento rejeitarem as propostas e pressões dos países ricos por políticas econômicas e de reforma, como a liberalização da conta de capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas são tentativas neoimperialistas de neutralizar o crescimento econômico dos países concorrentes [...] (2010, p.17).

Para concretizar esse projeto de desenvolvimento econômico e diferenciá-lo daqueles próprios ao antigo nacional-desenvolvimentismo e ao neoliberalismo, é preciso, na perspectiva “neodesenvolvimentista”, que o Estado promova as condições gerais para a acumulação do capital, intervindo na economia e, ao mesmo tempo, na “questão social”, tendo em vista garantir o **desenvolvimento com justiça social**, através da promoção da equidade<sup>21</sup>. O Estado assume, então, na perspectiva desse modelo

<sup>20</sup> Uma das mais destacadas influências teóricas no debate atual sobre desenvolvimento é o intelectual indiano, ganhador do prêmio Nobel em Ciências Econômicas em 1998, Amartya Sen, que, com suas idéias sobre *desenvolvimento como liberdade*, tem oferecido o alicerce conceitual necessário às organizações multilaterais para que estas construam diretrizes político-econômicas para os governos dos países periféricos. (MARANHÃO, 2010, p. 79-80). Ver sua obra “Desenvolvimento como Liberdade” (2000).

<sup>21</sup> Sobre a Justiça Social, temos a concepção de Justiça como equidade de John Rawls (1971), filósofo político norte-americano que, assim como a Justiça Social proposta pelo pensamento social-liberalista, assenta-se na perspectiva de equidade, respaldada na “igualdade de oportunidades”. A igualdade equitativa de oportunidades poderia ser entendida a princípio, em Rawls, como a abertura de cargos que estejam à disposição de todos. Por outro lado, segundo tal concepção de Justiça Social, admite-se melhorar a situação de todos através da promoção ou manutenção de privilégios e vantagens a certas posições, pois, ainda que certos grupos sejam excluídos desses privilégios e ainda que o acesso seja limitado, certamente sua oferta atrairá os de melhores talentos e beneficiará a todos. Nesse sentido, para o autor, se todos os indivíduos tiverem acesso às mesmas oportunidades, a justiça social pode ser alcançada no próprio capitalismo.

“neodesenvolvimentista”, um papel central para o crescimento econômico e desenvolvimento social. Dentre as suas principais funções destacam-se:

a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda. (MATTEI, 2011, p.11).

Nessa conjuntura, tratam-se de um Estado e de um mercado trabalhando como fortes parceiros no desenvolvimento econômico. Na outra ponta, na concepção “neodesenvolvimentista”, - apoiada no pensamento social-liberalista - para promover o desenvolvimento social, assegurando uma melhor distribuição de renda e riqueza de um país, cabe aos Estados removerem os impedimentos à liberdade de os indivíduos concorrerem no mercado, a partir do acesso às políticas sociais básicas, que reduzam as “diferenças e “desvantagens sociais”, para utilizarmos termos rawlsianos. Com uma intervenção focalizada nos mais pobres ou, como diz Rawls, nos considerados “desvalidos”, as políticas sociais, com destaque para as políticas de educação e de renda mínima, são vistas como um mecanismo fundamental para a sobrevivência e capacitação dos pobres em um mercado capitalista não flexível. Todavia, para os teóricos “neodesenvolvimentistas”:

[...] Qualificação sem crescimento produzirá, por exemplo, uma gama de trabalhadores bem-educados subempregados ou desempregados. Políticas sociais também isoladas da retomada do crescimento podem se revelar incapazes de garantir uma maior igualdade e, talvez mais grave, podem se transformar em políticas assistencialistas, com todos os riscos políticos inerentes a estes processos. (PAULA, MICHEL, SICSU, 2005<sup>a</sup>, p.05)

Na análise crítica de Gonçalves (2012, p. 656), - que diverge dos defensores e proponentes do “ND” - esta proposta “[...] tem como diretriz estratégica básica o crescimento econômico com menor desigualdade” e o crescimento econômico seria, para os “neodesenvolvimentistas”, o principal fator para a redução das desigualdades sociais. Ou seja, o desenvolvimento social seria resultado desse crescimento

econômico<sup>22</sup>. No que se refere especificamente às políticas econômicas, observamos que o “neodesenvolvimentismo” em muito se aproxima das propostas do Consenso de Washington para a América Latina. Ao defender a abertura comercial, evidencia algumas diretrizes do liberalismo econômico, tais como:

Baixa propensão a políticas setoriais, liberalização comercial, ausência de restrições ao investimento estrangeiro direto, minimização da função alocativa do Estado (investimento, políticas setoriais e planejamento), incorporação da função distributiva do Estado de forma moderada (valoriza a distribuição de renda, mas ignora a distribuição de riqueza); defesa de reformas institucionais orientadas para a correção de falhas de mercado e de governo (função reguladora do Estado) e grande ênfase na estabilidade macroeconômica (controle da inflação e equilíbrio fiscal). (GONÇALVES, 2012<sup>a</sup>, p. 661-662).

Na visão contestadora de Gonçalves (2012), o “neodesenvolvimentismo” é interpretado como mais uma versão do modelo de liberalismo, que ele chama de “liberalismo enraizado”. O autor explica que, ao mesmo tempo em que se apresenta como “um programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal” (p.639), posicionando-se como críticos ao Consenso de Washington, é inegável sua adesão a diretrizes que fazem parte da concepção liberal de desenvolvimento, como a abertura comercial ou liberalização comercial e a ênfase na estabilização macroeconômica (com foco na inflação e no equilíbrio das contas externas), por exemplo, questões estratégicas relevantes também no neoliberalismo.

No que toca ao papel do Estado, do ângulo da formulação dos “neodesenvolvimentistas”, continua o autor, “a visão é a de um Estado dominador e autônomo, defensor dos interesses coletivos, é complementar ao mercado e promotor do bem-estar-social” (p.661). Essa concepção de Estado – proposta pelo “neodesenvolvimentismo” – parece desconhecer ou mesmo negligenciar a influência das classes e setores dominantes; supõe, também, “a separação entre rentistas e industriais, e desconhece os conflitos entre classes, grupos e setores da sociedade”. (Castelo 2010 apud Gonçalves 2012, idem). O fato é que esta proposta desconsidera a origem da desigualdade na propriedade privada, concepção sustentada por Marx (1991) segundo a qual, enquanto alguns poucos são proprietários dos meios de produção,

---

<sup>22</sup> Vale ressaltar que, crescimento econômico é diferente de desenvolvimento econômico. Sendo o crescimento econômico, responsável pelo aumento da renda nacional, enquanto o desenvolvimento econômico inclui melhoria nos indicadores sociais (pobreza, moradia, desemprego, meio ambiente etc).

outros muitos possuem apenas a sua força de trabalho enquanto propriedade, submetendo-se à exploração da mesma.

Desse modo, como resposta ao acirramento das desigualdades sociais, observou-se que há o reconhecimento da necessidade de políticas de redução das desigualdades, porém, não é abordada a desigualdade de classes, claramente camuflada para garantir a sobrevivência do capital em crise e, principalmente, legitimar as condições de “flexibilização do trabalho”, que submetem a classe trabalhadora à superexploração. Observa-se também que, na tentativa de manter o crescimento e a balança de pagamentos, os países latino-americanos, ao aderirem a essa nova estratégia de desenvolvimento, tornam-se cada vez mais dependentes do investimento do capital estrangeiro e ficam reféns da especulação financeira, que, comumente, constrange o investimento no setor produtivo.

Em síntese, as saídas adotadas pelos países de capitalismo avançado para as mudanças em curso se dão através de estratégias elaboradas para administrar os rumos da economia global e, também, na perspectiva de amenizar as expressões da questão social e as conseqüentes iniciativas revoltosas das populações<sup>23</sup>. Nessa configuração, a alternativa “neodesenvolvimentista” aos males do capitalismo trata-se de uma nova possibilidade de desenvolvimento funcional ao capital.

Buscando conciliar **crescimento econômico** com **equidade social**<sup>24</sup>, a alternativa “neodesenvolvimentista” é uma estratégia empregada com um caráter “consertador”, para corrigir as falhas do mercado e naturalizar as expressões da questão social. Ancorada no conceito de equidade, propõe-se que as desigualdades são explicadas a partir de uma suposta natureza humana. O que significa, em linhas gerais, agora na análise de Castelo (2009) - também um crítico do que ele concebe como uma “ideologia neodesenvolvimentista”-, “o deslocamento metodológico a qualquer referência sistêmica, estrutural e histórica das desigualdades sociais” (p.83).

---

<sup>23</sup> Recentemente, no ano de 2013, o Brasil viveu várias manifestações populares que, inicialmente, surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, e que, depois da repressão violenta promovida pelos policiais militares contra as passeatas pacíficas, revoltaram a população e ganhou forte apoio popular, um dos maiores protestos desde as mobilizações pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. Contudo, é válido chamar a atenção que o fenômeno atual vivenciado no Brasil ainda carece de melhores análises e questionamentos, como, por exemplo: estaria confrontando a questão social? Incorporou uma consciência ou direção de classe? Questionou estruturalmente as contradições da exploração capitalista?

<sup>24</sup> Para Rodrigo Castelo, (2009), o conceito de equidade é o pilar teórico novo desenvolvimentista de intervenção na “questão social”.

Em outros termos, esse conceito dá a entender que as desigualdades sociais são conseqüências de uma condição natural humana, em que a (in)capacidade do indivíduo para competir no mercado de trabalho é determinante para conseguir *status* de rico ou pobre na sociedade, ou seja, transfere-se a “responsabilidade” para o próprio indivíduo, como se as diversas expressões da questão social – em especial a pobreza e o pauperismo – fossem resultantes das más habilidades desses sujeitos, naturalizando as relações econômicas capitalistas.

Enfim, o social-liberalismo é, pois, uma nova fase do neoliberalismo, em que as liberdades individuais estimuladas pelo mercado ganham maior relevância e a Política de Assistência Social, na contraface de seus avanços, assume a função de controlar e conformar a classe trabalhadora, visando o interesse de reprodução e ampliação do capital. Nesse sentido, o pensamento social-liberalista, no Brasil, parece-nos ser a matriz político-ideológica que sustenta o modelo brasileiro “neodesenvolvimentista” de governo, cuja estratégia se apoia na conciliação entre crescimento econômico com equidade.

A nosso ver, através da disseminação do pensamento social-liberalista, a expansão da política de Assistência Social nos governos Lula e Dilma, em detrimento das demais políticas sociais, segue os objetivos do Banco Mundial<sup>25</sup>, de reduzir as desigualdades apenas entre os trabalhadores (renda intrassalarial), interferindo exclusivamente ao nível da pobreza absoluta, mas deixando intacta a pobreza relativa, ao não interferir significativamente na distribuição funcional da riqueza do país: distribuição da renda nacional entre o trabalho e o capital.

#### **4- A PROPOSTA BRASILEIRA DE “NEODESENVOLVIMENTISMO” E O PAPEL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

---

<sup>25</sup> Uma das bandeiras atuais do Banco Mundial é, justamente, a da “luta contra a pobreza”. Desde o início dos anos 1990, o (BM) vem elaborando recomendações de “combate à pobreza” para os países em desenvolvimento. Segundo Ugá (2004), “é possível perceber nos relatórios do Banco Mundial que, de um lado, estão os indivíduos que conseguem atuar no mercado – que seria o mecanismo de funcionamento “mais eficiente” da sociedade – e, de outro, estariam aqueles incapazes de integrar-se aos mercados – os pobres –, dos quais o Estado deve cuidar, por meio de suas políticas sociais residuais e focalizadas”. Como estratégia de combate à pobreza, no discurso do (BM), é possível reduzi-la com “políticas que estimulem a criação de novas oportunidades econômicas para que os pobres possam obter rendimentos. Assim, com mais renda, o indivíduo poderia ultrapassar a “fronteira” da pobreza e, dessa forma, ser considerado um não-pobre. Embora o Banco Mundial ressalte a importância do crescimento econômico na redução da pobreza – enquanto criador de oportunidades para os pobres –, quando se refere ao papel do Estado na política social, ele propõe políticas focalizadas de aumento do capital humano. (p.58).

De modo geral, as discussões no campo acadêmico acerca do tema do desenvolvimento e sua relação com o Estado e a sociedade civil revelam que, para atender às necessidades da produção e da reprodução do capital, no contexto de crise estrutural, o Estado, ao ser dirigido pelo interesse econômico, tende a sofrer constantes mudanças no seu papel, alterando profundamente o tecido econômico, social e político.

Vimos que, desde a criação da CEPAL, em 1948, economistas cepalinos acreditavam que a industrialização era a principal via para superar o subdesenvolvimento<sup>26</sup> dos países da América Latina. Reconhecendo que a industrialização não foi suficiente para solucionar os problemas de atraso econômico e social dessa Região e que, tampouco, com as reformas estruturais na economia orientadas pela agenda do Consenso de Washington, ao final dos anos 1980, foi possível superar o atraso dos países subdesenvolvidos, hoje, a visão de economistas cepalinos segue o atual pensamento que propõe a estratégia neodesenvolvimentista para a superação do atraso das nações de capitalismo tardio.

A idéia-força desenvolvida pela Cepal, segundo Mota, Amaral, Peruzzo (2010, p. 157), é de que “não existe conflitualidade entre dinamismo econômico e igualdade social”. E, portanto, não existindo nenhuma contradição entre eles, para que haja equilíbrio nessa relação, a função do Estado é atuar com iniciativas que dêem as condições necessárias para dinamizar o setor produtivo e para desenvolver capacidades humanas.

Sendo assim, a Cepal reafirma o que apontam economistas no Brasil, como Michel e Sicsú, de ser viável “conciliar crescimento sustentado com equidade social” para responder aos desafios do desenvolvimento nos países periféricos. Essa idéia parece aderir, também, à perspectiva de Amartya Sean, de “desenvolvimento social como liberdade de mercado”, não podendo haver restrições para os indivíduos encontrarem as oportunidades no mercado, já que estas seriam as “portas de saída” de sua condição de pobreza.

---

<sup>26</sup>. Sobre a superação do subdesenvolvimento, afirma Oliveira: Ao enfatizar o aspecto da dependência — a conhecida relação centro-periferia — os teóricos do "modo de produção subdesenvolvido" quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas (1975, p.8). Ver, também, FURTADO, Celso. A superação do subdesenvolvimento. Economia e Sociedade, Campinas, n. 3, dez., 1994.

Um dos mais notáveis mentores do “neodesenvolvimentismo”, Sicsú busca apresentar as bases de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil. Dentre as principais recomendações, destacamos: Estado forte, mercado forte e a redução da vulnerabilidade externa; competitividade do setor industrial e equidade; redução da desigualdade social e crescimento. O economista do IPEA esclarece que o objetivo final de uma estratégia de desenvolvimento deve ser:

“A construção de uma sociedade democrática, tecnologicamente avançada, com emprego e moradia dignos para todos, ambientalmente planejada, com uma justa distribuição de renda e da riqueza, com igualdade plena de oportunidades e com um sistema de seguridade social de máxima qualidade e universal – cujas partes imprescindíveis devem ser sistemas gratuitos de saúde e educação para todos os níveis e necessidades”. (SICSU, 2008, p.11).

Para nós, uma coisa é a proposta original do “neodesenvolvimentismo”, desenvolvida por seus intelectuais ideólogos e que fica no plano da idealização, outra bem diferente, é como esta proposta se aplica enquanto modelo de governo que envolve ações concretas (ver SILVA, 2012). Então, a proposta brasileira de “neodesenvolvimentismo” traz em si, já algumas contradições. Entendemos que mesmo que o governo brasileiro incorpore um discurso “neodesenvolvimentista” intelectualizado, poderá haver (e há!) distorções em sua implementação que diferem daquilo que os ideólogos “neodesenvolvimentistas” propuseram e previram.

Segundo Castelo (2012, p. 624), os primeiros escritos do “neodesenvolvimentismo” brasileiro surgiram através do intelectual orgânico do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), Luiz Carlos Bresser Pereira, quando publicou, em 2004, na *Folha de S. Paulo*, um artigo intitulado “O novo desenvolvimentismo”. Para Castro (2013), o chamado “neodesenvolvimentismo” é absorvido no cenário político e econômico no Brasil, como novo modelo de desenvolvimento brasileiro, mais precisamente, a partir do segundo mandato do presidente Lula, em aparente contraposição ao ideário neoliberal. Ou seja, curiosamente, emergiu no seio da intelectualidade tucana, cuja bandeira política sempre foi o neoliberalismo, mas, contraditoriamente, se cristaliza a partir do governo Lula, com a ascensão ao poder de um partido que se propunha aliado às demandas mais populares: o Partido dos Trabalhadores (PT).

Na concepção de Pinho (2011), o governo “neodesenvolvimentista”, no Brasil, revela a adoção de um projeto nacional de desenvolvimento que retoma um discurso partidário, o qual, muito embora preserve fortes traços neoliberais, (como a defesa do equilíbrio fiscal e o controle inflacionário), faz uso do Estado como o instrumento de ação coletiva da nação e “tem como pressuposto fundamental a ampliação do escopo das políticas sociais” (p.3). No entanto, temos avaliado que, na particularidade brasileira, esta ampliação do escopo das políticas sociais tem se restringido à expansão da Política de Assistência Social, em detrimento das demais políticas sociais que integram a Seguridade Social: Saúde e Previdência Social, além da mercantilização das mesmas, juntamente com outras, como, por exemplo, a Educação. (SILVA, 2012; 2013).

Com a chegada de Lula ao poder, o governo comprometeu-se com o inédito binômio “crescimento e justiça social”, assumindo a Assistência Social um papel central como uma das principais ações que passou a compor esse novo modelo de governo, com vistas à redução da pobreza no país. A estratégia “neodesenvolvimentista” busca um dinamismo econômico capaz de permitir o aprofundamento do processo de distribuição de renda e de expansão da infraestrutura, contudo, seria necessário investir mais em capital físico (educação, saúde e no fomento à inovação). No entanto, contrariando a proposta em questão, o investimento em capital humano<sup>27</sup>, segundo os estudos de Almeida (2011), ganhou maior relevância que o fomento ao capital físico no governo Lula, isso porque:

No Brasil, é muito mais fácil expandir a dívida pública em R\$ 200 bilhões para financiar novos programas setoriais do que aumentar os gastos anuais com educação em R\$ 0,5 bilhão, já que neste caso a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101) exige a definição de uma fonte permanente de recurso e, no caso de novas emissões de dívida para que se faça política setorial via crédito subsidiado, não há essa exigência. Como não há uma explicitação dos custos das políticas setoriais, não se discute o uso alternativo desses recursos e, assim, o fomento setorial ainda toma uma importância maior do que o crescimento dos investimentos em educação, saúde e inovação. (2011, p.83).

---

<sup>27</sup> Segundo, Cangussu; Salvato e Nakabashi (2010), “Teoricamente, o capital humano é importante na determinação da renda por vias diretas e indiretas. Os efeitos diretos do capital humano são aqueles que afetam a renda através da melhora na produtividade marginal do trabalho, mantendo todos os outros fatores constantes (capital e tecnologia), isto é, da melhora na habilidade dos trabalhadores para a realização de suas respectivas tarefas. Os efeitos indiretos são aqueles que afetam a quantidade de tecnologia disponível para ser utilizada no processo de produção. Assim, são os fatores que influenciam a criação e difusão de tecnologia”(p. 154).

No ano de 2007, em seu segundo mandato, Lula lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apontado por economistas – autodenominados “neodesenvolvimentistas” – como um programa de desenvolvimento que rompe com as políticas neoliberais no Brasil. Através do PAC, também conforme Almeida (2011), o Estado passa a ter maiores gastos em infraestrutura e a promessa é de gerar crescimento econômico com equidade social.

Apesar do modelo econômico no governo Lula ter alcançado relativa recuperação econômica, bem como, melhoria do salário mínimo e expansão da política social de Assistência Social<sup>28</sup> e sua regulamentação, na perspectiva de instituir o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>29</sup>, não houve uma alteração concreta, segundo os críticos dessa proposta, no que toca à correlação de forças e à distribuição da renda entre o capital e o trabalho. A precarização do trabalho seguiu seu ritmo, conforme vinha sendo registrado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com as terceirizações, por exemplo, e os sindicatos continuaram subordinados ao poder do Estado, sem força e sem poder de mobilização.

Para um dos principais críticos acerca do “neodesenvolvimentismo” brasileiro, Gonçalves (2011), o modelo que efetivamente se concretiza nas ações do governo Lula se revela, em verdade, como um “nacional-desenvolvimentismo às avessas” pois, segundo o autor, na esfera comercial, este modelo operou uma desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimarização e perda de competitividade internacional; na esfera tecnológica, uma maior dependência aos setores externos; na esfera produtiva, uma desnacionalização e maior concentração do capital e; na financeira, teria estimulado um passivo externo crescente e a dominação financeira.

O autor demonstra que as estratégias e políticas do governo Lula tiveram como resultado um desempenho que caminhou no sentido contrário ao que de fato propunha

---

<sup>28</sup> Ao realizarmos uma análise do atual modelo da Política Nacional de Assistência Social (PNASS/2004), entendemos que nesta política há consonâncias com a proposta social-liberal sobre a qual identificamos a incorporação de conceitos sociais liberalistas, tais como: Justiça Social, Equidade, Risco Social e Vulnerabilidade Social.

<sup>29</sup> O (Suas) engloba serviços como os centros de Referência de Assistência Social, centros de Referência Especializados em Assistência Social, centros de Referência Especializados em População em Situação de Rua, Residências Inclusivas e Centros-Dia (unidades que oferecem cuidados a pessoas com deficiência).

seus teóricos “neodesenvolvimentistas”. Sobre a atual situação da indústria nacional brasileira, no governo Dilma (2010-2014), de acordo com o levantamento elaborado pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) , o país vive um processo de reversão do crescimento e da participação da indústria na produção e na geração de empregos, conhecido por “desindustrialização”:

A participação da indústria de transformação na economia brasileira no ano de 2012 representou 13,25% do Produto Interno Bruto (PIB), o mesmo nível de 1956, primeiro ano do governo de J. K. Em relação ao ano de 1985, quando a indústria de transformação era responsável por 27,2% do PIB, o estudo indica uma queda de 14 pontos percentuais. Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fiesp aponta que de 1985 a 2011, a participação da indústria de transformação no número de empregos formais caiu de 27,1% para 17,5%. (AGÊNCIA BRASIL, 2013).

Sem dúvida, esses dados são motivos de preocupação geral e podem, em médio prazo, trazer graves problemas para países como o Brasil, uma nação que mal completou seu ciclo industrial (ou que ainda não atingiu estágios de produtividade e competitividade compatíveis com os níveis encontrados internacionalmente) e já assiste a um processo de desindustrialização precoce, com perda de espaço para outros setores, principalmente os serviços. (DIEESE, 2011).

Além de ameaçar o crescimento da economia, com a perda de competitividade das exportações industriais, esse estudo revela uma tendência à diminuição do número de postos de trabalhos formais (que, muito provavelmente, serão transferidos para a informalidade, o empreendedorismo, entre outras formas de autoemprego), e que conseqüentemente, diminuem, também, a qualidade de vida da população, no que toca às políticas sociais mais estruturantes, como a saúde, previdência, educação, entre outras, transformadas pelo governo em serviços mercantis, numa clara continuidade à agenda neoliberal de privatização.

Ainda sobre os indicadores de mercado de trabalho<sup>30</sup>, segundo dados do IPEA (Jan. 2015), apesar de estatísticas oficiais afirmarem que o Brasil gerou milhões de

---

<sup>30</sup> Sobre esse ponto, Silva (2013, p.96) ressalta, a partir dos dados do Ipea (ago. 2011, fev. 2012) e da Anfip (2011), que o saldo positivo do trabalho, desde 1995, se deu sempre nas faixas de rendimento mais baixas, com expressiva predominância de postos com rendimentos de até 1,5 salário, e esses saldos positivos se deram em virtude da eliminação de postos de trabalho em faixas salariais maiores. Em verdade, a geração de postos de trabalho é dada *em função* e à custa da degradação da renda do trabalho em seu conjunto.

postos de trabalhos ao longo da década de 2000, a taxa de desemprego das famílias em extrema pobreza cresceu, bem como o grau de formalização das ocupações de seus membros ativos se reduziu.

Na busca por equilibrar crescimento econômico e desenvolvimento social, o ideário “neodesenvolvimentista” vem acompanhado de um forte discurso ideológico pautado no “capitalismo humanizado”, que visa à (re)naturalização da questão social. Amparando-se nessa onda humanística do capital, tanto o governo Lula, quanto o governo atual de Dilma, trazem como estratégia econômica de governo a gestão da pobreza, contudo:

Na contramão dos países centrais, que seguem desestruturando seus sistemas de bem-estar social, e retrocedendo em direitos sociais, o Brasil tem buscado qualificar suas históricas políticas compensatórias na tentativa de responder às orientações dos organismos multilaterais (BID, Bird e FMI) e configurar-se como uma potencial economia desenvolvida, que concilia destacados índices de crescimento econômico e de inclusão social. (CASTRO, 2013, p. 363).

Em nosso entendimento, a Política de Assistência Social vem respondendo, como afirma Silva (2012; 2013), em boa medida, à face da justiça social (compensatória) “neodesenvolvimentista”, devido às políticas de “redistribuição para os pobres”, que são convertidas, também, em benefícios de caráter estritamente econômico. O principal programa de transferência de renda no Brasil, o programa Bolsa Família<sup>31</sup>, lançado em outubro de 2003, retirou nos últimos anos, segundo dados do IPEA (2014), 36 milhões de pessoas da extrema pobreza<sup>32</sup> e atende, atualmente, 50 milhões de brasileiros e 14 milhões de famílias de baixa renda, contribuindo para a queda da desigualdade (no âmbito dos rendimentos do trabalho).

Para a atual Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Tereza Campello, os gastos com benefícios assistenciais, como o Benefício de Prestação

---

<sup>31</sup> Somente o Bolsa Família reduziu a extrema pobreza em 28% entre 2002 e 2012. Sendo responsável pela redução do percentual da população vivendo com renda mensal inferior a R\$ 70 de 4,9% para 3,6%, conforme dados da PNAD. Assim, respondeu, de forma relativa, por 12,2% da queda na concentração de renda medida pelo índice de Gini. Nesse período, na Análise da Seguridade Social em 2013 a renda real média entre os 10% mais pobres no país avançou 120%, contra 26% entre os 10% mais ricos. Segundo o Ipea, cada real fiscal gasto pelo programa gera um benefício social 5,2 vezes maior. (ANFIP, 2014).

<sup>32</sup> De acordo com Martins (2013, p. 05), [...] usando as metodologias de agências internacionais como a do Banco Mundial, estipula-se o valor de \$1.00 de renda per capita dia para valorar as situações de extrema pobreza e de \$2.00 de renda per capita por dia para situar os indivíduos que vivem em situação de pobreza.

Continuada e PBF, têm um efeito multiplicador, se analisarmos que os beneficiários (os mais pobres) voltam-se para o consumo interno<sup>33</sup>. Em suas palavras:

Agora nós já temos como provar que a família pobre com garantia de renda gasta imediatamente em alimentação, vestuário, calçados, remédios, material escolar, ou seja, em produtos produzidos no Brasil, o que faz a economia ficar muito mais dinâmica. (BLOG DO PLANALTO).

Os dados da Síntese de Indicadores Sociais, divulgada em dezembro de 2014, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a participação dos 10% mais ricos na renda nacional caiu de 45,8%, em 2004, para 41,7%, em 2013. Ao mesmo tempo, a participação dos 40% mais pobres subiu de 9,4% para 11,6%. (AGÊNCIA BRASIL). Contudo, para além do fato de que esta mínima variação percentual ainda mantém a desigualdade em patamares inaceitáveis, conforme esclarece Silva (2013):

Numa economia mundializada, em que as grandes empresas transnacionais remetem às suas matrizes as maiores fatias da riqueza produzida no país, o mínimo crescimento da participação do trabalho na renda nacional não reflete, em absoluto, maior participação na magnitude da riqueza total produzida, porque a maior parte dela foi exportada. (p.100).

Assim, contraditoriamente, o atual avanço da Assistência Social brasileira, ao mesmo tempo em que atende às necessidades das famílias economicamente menos favorecidas, permitindo que aqueles que não possuíam nenhuma renda agora tenham acesso e oportunidade de escolher seus alimentos, por exemplo, vem atendendo às atuais requisições da expansão capitalista, ao engrossar o PIB nacional, pela via do consumo, enquanto uma minoria, e também o próprio Estado, continuam investindo no (e privilegiando o) capital financeiro internacional.

Por outro lado, considerando a Assistência Social enquanto política pública que integra a Seguridade Social, voltada para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos, a inversão de sua proposta integralizadora entre ações, serviços, programas e projetos significa um retrocesso que precisa ser amplamente discutido e reavaliado<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Segundo dados do IPEA (2014), a cada R\$ 1 investido no programa Bolsa Família há um aumento de R\$ 1,78 no PIB do Brasil. (BLOG DO PLANALTO).

<sup>34</sup> Segundo dados da ANFIP, em relação às despesas da Seguridade Social, em 2011, foram aplicados R\$ 451,0 bilhões. Desse montante, em relação à Saúde, as despesas somaram R\$ 72,3 bilhões; as despesas com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) somaram R\$281,4 bilhões, foram R\$ 218,6 bilhões

Em suma, sob o novo receituário social-liberalista, através de políticas de acesso a mínimos sociais, por nós consideradas como meramente compensatórias, as desigualdades sociais mantêm-se, no mínimo, preservadas<sup>35</sup>. Com a finalidade de resolver situações problemáticas emergenciais, o governo brasileiro tem desenvolvido políticas sociais direcionadas aos trabalhadores pobres, em especial – mas não exclusivamente – desempregados, para responder, prioritariamente, a uma questão socioeconômica. Eis, pois, os motivos pelos quais a Assistência Social é eleita pelos governos “neodesenvolvimentistas” como política pública central da Proteção Social brasileira.

---

em benefícios pagos aos segurados urbanos e R\$ 61,4 bilhões aos rurais; os benefícios pagos à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) somaram R\$ 34,2 bilhões; os valores utilizados para os pagamentos dos benefícios assistenciais de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS foram R\$ 23,4 bilhões; proporcionalmente, o maior aumento em despesas com benefícios ocorreu nos programas do Bolsa-Família, que cresceu para R\$ 16,8 bilhões em 2011, R\$ 3,3 bilhão a mais do que em 2010, crescimento de 24,3%. Por sua vez, o piso dos benefícios previdenciários e trabalhistas – a cargo do (FAT) – e os benefícios assistenciais acompanharam o pequeno aumento real do salário mínimo. Portanto, no governo Dilma, observa-se que houve um aumento do gasto federal (em relação aos gastos totais) com programas de transferência de renda em detrimento das demais políticas que integra a Seguridade Social. Quando as ações voltadas para o enfrentamento da pobreza não levam em consideração seus múltiplos determinantes econômicos, sociais, culturais, entre outros, parece-nos que estamos diante de ações contraditórias.

<sup>35</sup>A discussão sobre a desigualdade social e a concentração de renda no Brasil gira em torno de uma estagnação das desigualdades no patamar de 2011, até denúncias de subnotificação de seu crescimento, como no caso do trabalho “O topo da distribuição de renda no Brasil”, desenvolvido na UnB, pelos pesquisadores Marcelo Medeiros, Pedro Souza e Fábio Ávila Castro, sendo os dois primeiros também técnicos do IPEA (Ver: [www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1520602-concentracao-de-renda-no-brasil-pode-estar-subavaliada-diz-estudo.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1520602-concentracao-de-renda-no-brasil-pode-estar-subavaliada-diz-estudo.shtml), Acesso em fev. 2015). Já o Jornal do Brasil, de 16.02.2015, ressalta que, em 1987, apenas três brasileiros figuravam na lista da Forbes; mas, recentemente, este número cresceu tanto que a publicação, desde 2012, elabora uma relação separada só para brasileiros. Hoje, são 65 bilionários -- entre eles, representantes de diversas empreiteiras. Somando todas as fortunas dos relacionados, chega-se à impressionante cifras de US\$ 191,5 bilhões.

## 5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Diante do que foi exposto, observamos que, entre o discurso e a realidade visível, as forças que efetivamente sustentam esse novo modelo de desenvolvimento intitulado “neodesenvolvimentismo”, representam os interesses de determinada classe, mais especificamente, uma minoria burguesa que são os proprietários das maiores empresas de grande capital, nos variados setores da economia e, inclusive e principalmente, aquelas de expressão internacional e estrangeira. Aqueles que constituem esse setor importante da burguesia são os maiores privilegiados com esse novo modelo “neodesenvolvimentista”, porque defendem a promoção de uma “igualdade de oportunidades”, via competição entre os indivíduos no mercado, para atender às necessidades do grande capital e para perpetuar um perfil de trabalho superexplorado.

Neste cenário, para que haja êxito no ciclo de valorização do capital, a superexploração do trabalho torna-se, pois, a marca predominante. Como resultado, há uma busca constante por articular novos acordos entre o governo, empresários e trabalhadores, de modo a minimizar os retrocessos causados pelos efeitos da crise e retomar o crescimento econômico. Dessa relação temos, de um lado, o capital que explora e, de outro, um Estado que fornece as condições para tal situação, com a criação de políticas que criam a “impressão” – e as estatísticas – de superação das condições precárias de trabalho e de sobrevivência, sem que substancialmente as massas populares e os trabalhadores tenham, efetivamente, consolidado uma maior apropriação do montante de riqueza que produzem.

Apesar do ínfimo crescimento econômico brasileiro e da diminuição da pobreza extrema, o que parece ser uma recuperação de décadas de atraso econômico e social, na verdade, não passa de uma melhoria mínima, pois o crescimento não é homogêneo nem universal, e as desigualdades de renda entre capital e trabalho não sofrem interferências nem alterações significativas desse modelo “neodesenvolvimentista”.

A nosso ver, os teóricos do “neodesenvolvimentismo”, ao lançarem suas propostas de estratégias de desenvolvimento, com vistas a reverter a condição de subdesenvolvimento na América Latina, não se propuseram a entender as questões estruturais econômicas, políticas e sociais desses países, haja vista que a estratégia “neodesenvolvimentista” não incorpora uma análise profunda da economia brasileira na

perspectiva de totalidade. Ao desconsiderar-se a forma contraditória pela qual esses países foram inseridos no sistema capitalista, os problemas de desenvolvimento desses países apenas podem ser solucionados no plano das ideias.

Nesse sentido, a despeito da intervenção estatal percebida no decorrer das várias fases de desenvolvimento do capital, “o Estado não tem como realizar “as projetadas ‘reconciliação’ e solução’ das contradições, uma vez que permanecem deficiências estruturas do sistema [...]”, o Estado moderno existe, de acordo com Mészáros, para desenvolver uma “ação corretiva dos antagonismos estruturais”, assumindo as políticas sociais, em meio ao antagonismo estrutural, a função essencial de produção e reprodução material e ideológica da força de trabalho, de modo a atender as demandas dos capitalistas, para a reprodução ampliada do capital. (PANIAGO, 2007, p. 92,95).

Por fim, à guisa de conclusão, entendemos que a ampliação de programas sociais desse modelo “neodesenvolvimentista” brasileiro, tem contribuído para diminuir as péssimas condições de vida da população carente, porém, são iniciativas que não atingem estruturalmente as desigualdades sociais.

**ABSTRACT:** This article aims main to characterize the “neo-developmentism” while conceptual proposal and how model government undertaken by the last two administrations of the Federal Government of Brazil. After present of objective manner the main features of “neo-developmentism”, we discuss how this "new" development model that is being implemented in Brazil is changing the field of Brazilian social protection, through the expansion of social assistance. Initially, we present a lifting on the proposed neo-developmentism in Latin America. In Secondly moment, based on than is the "neo-developmentism", the specifics of Brazilian model and its main theoretical and political contradictions are identified. Thus, the text of theoretical and critical-analytical nature, tries to recover the genesis of this debate and points the direction of development proposals in Brazil. Their results identify that, through the strategy the income transfer the government "neodesenvolvimentista" Brazil does not face, structurally, social inequalities.

**Key Words:** Neoliberalism, Social Liberalism, "neo-developmentism"; Social protection; Social assistance.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mansueto. **O Novo Estado Desenvolvimentista e o Governo Lula.** Economia & Tecnologia - Ano 07, Volume Especial – 2011. Disponível em: < <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Mansueto%20Almeida.pdf> >. Acesso em: 16 jan. 2015.

ALMEIDA, Larissa Martins de. **O SOCIAL-LIBERALISMO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL: estratégias de focalização na extrema pobreza nos governos "neodesenvolvimentistas".** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba, 2013.

**Análise da Seguridade Social 2013** / Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social – Brasília: ANFIP, 2014, 158 p. Disponível em: < [www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br) >. Acesso em: 12 jan. 2015.

**ANFIP.** Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Análise da Seguridade Social em 2011.** Brasília: Anfip, 2012. Disponível em: <[www.anfip.org.br](http://www.anfip.org.br)>. Acesso em: 19 fev. 2015.

**AGÊNCIA BRASIL.** Participação da indústria de transformação na economia caiu para o mesmo patamar de 1956, diz Fiesp. 28 ago. 2013. Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-08-28/participacao-da-industria-de-transformacao-na-economia-caiu-para-mesmo-patamar-de-1956-diz-fiesp>>. Acesso em 16 jan. 2015.

AZEVEDO, Bruna Dias de. **Em busca de uma inserção internacional soberana: Desenvolvimento nacional e política de defesa nos governos Geisel e Lula.** 2012, 116 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008. 304 p.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina.** Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas. Textos para Discussão. Nov. 2010. Disponível em: < [http://www.akb.org.br/upload/110920120711469325\\_12.Do\\_antigo\\_ao\\_novo\\_desenvolvimentismo.pdf](http://www.akb.org.br/upload/110920120711469325_12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf) >. Acesso em mar. 2013.

CANGUSSO, Ricardo C. NAKABASHI, Luciano. SALVATO, Márcio A. **Uma Análise do Capital Humano Sobre o Nível de Renda dos Estados Brasileiros: MRW Versus Mincer**. *Estud. Econ.* vol.40 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2010.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **O social-liberalismo e a globalização da “questão social”**. IV Conferência Internacional “La obra de Carlos Marx y los desafios del siglo XXI. Cuba, 5 a 8 de Maio, 2008.

\_\_\_\_\_. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano**. *Oikos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2009.

CASTRO, Alba T. B. de. **O Novo Desenvolvimentismo e a Nova Face das Políticas Compensatórias**. *R. Pol. Públ.*, São Luís, v. 17, n.2, p.362-366, jul./dez. 2013.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 38ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

Conselho Federal de Serviço Social. **Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada** / Conselho Federal de Serviço Social. – Brasília : CFESS, 2012. 204p. Disponível em: <  
<http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2014.

**DIIESE**. Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil. Nota técnica nº 100, jun. 2011. Disponível em: <  
[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3052393E013055A36C450E9D/dieese\\_nt100.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3052393E013055A36C450E9D/dieese_nt100.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil** In: Bastos, Pedro Paulo Z.; Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade. 1ed. São Paulo: Unesp, p. 21-49, 2012.

FURTADO, C. **Brasil: opções futuras**. *Revista da CEPAL*, Chile, n. 70, abril, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012. Disponível em : < <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/03.pdf> > Acesso em: 05/06/2014.

IPEA. A Redução das Desigualdades e seus Desafios. Texto para Discussão, nº 2031, jan. 2015. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em 03 fev. 2015.

LOPES, Carlos. **Crescimento econômico e desigualdade**: As novidades pós-Consenso de Washington, Revista Crítica de Ciências Sociais 94 | 2011. Disponível em: < <http://rccs.revues.org/1475> > Acesso em: 29 set. 2014.

MANDEL, E. A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ed. Ensaios, 1990.

MARANHÃO, Cezar Henrique. Desenvolvimento Social como Liberdade de Mercado: Amartyan Sem e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, Ana Elizabete. Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução das desigualdades. São Paulo. Cortez. 2012. 437p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

———, Karl. **A questão judaica**. São Paulo, Moraes, 1991.

MARTINS, Valter. **Proteção Social no Brasil**: entre a proteção e a focalização na pobreza. 2013. In: Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, 2013, Florianópolis/SC. Anais eletrônicos Florianópolis/SC, 2013. Disponível em: < <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Prote%C3%A7%C3%A3o-Social-no-Brasil-entre-a-prote%C3%A7%C3%A3o-e-a-focaliza%C3%A7%C3%A3o-na-pobreza.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

MATTEI, Lauro. **Desenvolvimento Brasileiro no Início do Século XXI**: Crescimento Econômico, Distribuição de Renda e Destruição Ambiental. 2011. Disponível em: < [http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/lauro\\_mattei.pdf](http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/lauro_mattei.pdf) >. Acesso em: 25/10/2014.

MÉSZAROS, István, 1930. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição/, István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana E.; AMARAL, Ângela S. do; PERUZZO, Juliane F. **O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina.** . In: MOTA, Ana Elizabete (org). Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012. p.153-178.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: **Crítica à razão dualista.** Seleções Cebrap 1, São Paulo: Brasiliense, 1975.

—————, Francisco de. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil.** En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

PEREIRA, Bresser. **Do antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina.** Textos para Discussão – Escola de Economia de São Paulo - FGV, n. 274, nov. 2010. Disponível em: <  
[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do\\_antigo\\_ao\\_novo\\_desenvolvimentismo.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf) > Acesso em: 28/06/2014.

—————, Pereira L. C. (2005). **Proposta de Desenvolvimento para o Brasil.** In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de e MICHEL, R. (Orgs.). Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

PANIAGO, M. C. S. Crise estrutural do capitalismo e tendências de desenvolvimento da esfera pública. **In Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas – Questão social e desenvolvimento no século XXI.** São Luiz: UFMA, 2007.

PINHO, Carlos. **O Nacional-Desenvolvimentismo e o Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Trajetórias, Similitudes e Contrastes.** Ponto de Vista, Nº 2, fevereiro 2011. Disponível em: <  
<http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto%20de%20Vista%20N.%202,%20fevereiro%202011%20revisto.pdf> >. Acesso em: 10 dez. 2014.

PIMENTEL, Edline. **Uma “Nova questão social”?** raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.184p.

RAWLS, John. Uma Teoria da Justiça. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SICSÚ, João; DE PAULA, L. F. e MICHEL, R. (2005). **Por que Novo Desenvolvimentismo?** (Introdução) In: SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. e MICHEL, R. (Orgs.). Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

SICSÚ, J. **Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas.** Texto para Discussão, Brasília, Ipea, n. 1.346, 2008.

SILVA, S. S. S. **Entre a expansão do capital e a proteção ao trabalho:** contradições da assistência social brasileira no governo neodesenvolvimentista. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife, 2012.

\_\_\_\_\_. **Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XXXIII Nº113. São Paulo: Cortez, março de 2013.

UGÁ, Vivian Domínguez. **A Categoria “Pobreza” nas Formulações de Política Social do Banco Mundial.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 23, p. 55-62, nov. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf> >. Acesso em: 15 jan. 2015.